

**2. Proposta para a contratação de empréstimo bancário de médio longo prazo até ao montante máximo de €15.000.000 – Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública.**

Submete-se proposta para autorizar consulta ao mercado bancário, para efeitos de contratação de um empréstimo bancário de médio longo prazo até ao montante máximo de €15.000.000 – Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública, tendo por base as condições propostas na informação.

**PROPOSTA:** Proposta para a contratação de empréstimo bancário de médio longo prazo até ao montante máximo de €15.000.000 – Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

No seguimento das orientações divulgadas pela Direção Municipal de Gestão, submete-se à consideração superior proposta para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de €15.000.000, destinadas a financiar o Plano de Intervenção em vias municipais e Iluminação Pública.

Assim, considerando que:

1. A Lei nº73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua versão atualizada, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
2. O limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2023 é de **€155.799.233**, tal como evidencia o quadro a seguir apresentado:

Receita Corrente Líquida				em euros
2020	2021	2022	Valor	
92 422 230	102 446 276	116 729 960	311 598 466	
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores				<b>103 866 155</b>
<b>Limite da dívida total</b> (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				<b>155 799 233</b>

3. A dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 1 de janeiro de 2023, de €36.141.893, tal como demonstra os quadros a seguir apresentados:

Limite da dívida total (1)		em euros
		155 799 233
<b>01/01/2023</b>		
<b>Dívida Total do Grupo Autárquico Excluindo Não Orçamentais e Dívida Excecionada</b> (2)		36 141 893
<b>Margem Absoluta</b> (3)=(1)-(2)		119 657 340
<b>Margem utilizável</b> (4)=(3)*0,4		47 862 936

4. Tendo como referência a dívida do grupo autárquico a 1 de janeiro último, e considerando o limite de endividamento para 2023, verifica-se uma margem de endividamento absoluto de €119.657.340;
5. A alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º do citado diploma, com a alteração introduzida pela Lei n.º 29/2023, de 4 de julho, estabelece que o município, cumprindo o limite anterior, pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40 /prct. da margem disponível no início de cada um dos exercícios, significando que, para 2023, a margem de endividamento utilizável é de €47 862 936.
6. O controlo e equilíbrio das contas municipais, evidenciado nos últimos exercícios, sustentado na redução do endividamento de médio e longo prazo conferem, hoje, ao município, maior capacidade financeira para aceder a este tipo de financiamento. No final do exercício de 2022 a dívida bancária municipal rondava os 18 milhões de euros, inferior em cerca de 9,5 milhões de euros face ao valor contabilizado no final do exercício de 2018 (27,5 milhões de euros). Por outro lado a presente estratégia assenta também no facto de que, em 2023 serão concluídos 3 financiamentos bancários cuja amortização anual representa cerca de 1,5 milhões de euros.
7. A proposta apresentada, tem em consideração uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização, cumprindo, assim, o estipulado no número 5 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atualizada. Com efeito, as amortizações anuais previstas para o presente empréstimo são superiores a 80% da amortização média de empréstimos, conforme demonstrado no anexo I.
8. É fundamental e estratégico a concretização de alguns projetos de investimento para o concelho, evidenciados no Anexo II, no sentido de promover o desenvolvimento territorial sustentado de Braga, assegurando a qualidade de vida, a coesão territorial, a atratividade económica e a sustentabilidade ambiental, sem comprometer o futuro das gerações vindouras.

Face ao exposto, é proposto proceder a contração de um empréstimo de medio longo prazo até ao montante máximo de 15.000.000€ (quinze milhões de euros), em observância ao limite de endividamento apurado para o presente ano económico, para financiamento complementar para os projetos constantes do quadro Anexo II, inscritos ou a inscrever no PPI e no Orçamento do Município, sugerindo-se procedimento de consulta a todas as instituições financeiras com dependência existente na área afeta ao Município de Braga, tendo por base as seguintes condições técnicas:

- **Natureza do empréstimo:** Empréstimo de médio e longo prazo;

- **Finalidade:** Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública;
- **Montante:** até ao montante máximo €15.000.000;
- **Prazo:** até 16 anos após a data de perfeição do contrato;
- **Período de utilização e carência:** até 3 anos após a data de perfeição do contrato;
- **Taxa de Juro:** As entidades bancárias deverão de apresentar, **duas modalidades de contratar:**

- Taxa de juro fixa, correspondente ao indexante acrescida de spread, aplicável durante todo o período de vida do contrato. Para efeitos de comparabilidade, deverão indicar a fixação da taxa no dia 31 de julho de 2023.

- Taxa de juro variável, correspondendo à taxa Euribor a seis meses do início do período da contagem de juros, com floor zero, acrescida de spread, e que vigorará, durante todo o período de vida do contrato.

**Nota:** O Município optará pela modalidade que, em face das propostas apresentadas pelos concorrentes, considere mais vantajosa.

Os concorrentes podem apresentar proposta para uma ou duas modalidades de contratar.

- **Juros:** Os juros serão calculados dia a dia sobre o capital em dívida e pagos trimestralmente e postecipadamente;
- **Reembolso:** O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem trimestralmente, com início após o período de carência;
- **Reembolso antecipado:** Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso;
- **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão;
- **Critério de Adjudicação:** O critério do mais baixo preço, sendo este aferido, na modalidade da taxa variável, pelo menor spread proposto, na modalidade da taxa fixa, pela menor taxa proposta. Em caso de igualdade entre propostas, os proponentes empatados serão convidados a melhorar a proposta inicial, estabelecendo-se, para o efeito, prazo e modo de apresentação das novas propostas.
- **Outras condições:** A Câmara reserva-se o direito de não proceder à contratação do empréstimo, caso não considere interessantes as melhores condições que venham a ser apresentadas pelos Bancos.
- **Prazo para apresentação de propostas:** o prazo para a apresentação das propostas é fixado até às 11 horas e 00 minuto do dia 7 de agosto.
- **Modo de apresentação das propostas:** as propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, com a indicação no exterior "PROPOSTA PARA A CONTRAÇÃO DE

EMPRÉSTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 15.000.000 EUROS". As propostas têm que ser entregues diretamente na Divisão de Contabilidade ou na Tesouraria Municipal a funcionar no Edifício dos Paços do Concelho localizado na Praça do Município.

- **Ato público de abertura das propostas:** a abertura das propostas decorrerá no dia 7 de agosto, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 11:15 horas.

De igual modo, para efeitos de acompanhar, analisar e avaliar as propostas, propõe-se a constituição da seguinte comissão de análise:

- Presidente: Diretor do Departamento de Controlo Financeiro
- Vogal: Chefe da Divisão de Contabilidade
- Vogal: Responsável pelo Gabinete de Tesouraria
- 1º Suplente: Chefe da Divisão de Controlo de Receita
- 2º Suplente: Chefe da Divisão de Contratação Pública;

Por fim, sugere-se que sejam consultadas as seguintes instituições financeiras:

1. Caixa Geral de Depósitos
2. Banco Santander Totta
3. Novo Banco
4. Banco BPI
5. Caixa de Crédito Agrícola Mutuo
6. Banco Millennium BCP
7. Montepio Geral
8. Banco BIC
9. ABANCA Corporación Bancaria
10. Bankinter
11. ActivoBank

Mais se informa que:

1. O pedido de autorização à assembleia municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município – número 5 do artigo 49.º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

2. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções – número 6 do artigo 49.º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;
3. Sendo que os investimentos a financiar através do presente empréstimo a médio e longo prazo ultrapassam 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e autorização da assembleia municipal, de acordo com o definido no n.º 2 do artigo 51, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;
4. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas).

Para os efeitos tidos por convenientes, remete-se para decisão superior,

**A Chefe de Divisão de Contabilidade**

**Anexos:**

1. **Anexo I – Cálculo da Regra do Equilíbrio Financeiro;**
2. **Anexo II – Proposta de Utilização do Empréstimo Bancária para Financiamento de Investimento Autárquico**

## Município de Braga

Caracterização do empréstimo	Data de contratação empréstimos	Prazo contrato	N.º de Anos em 1/01/2014		Visto do T.C.		Finalidade do empréstimo	Descrição	Contratado	Divida em 01/01/2014 ou Capital Utilizado	Amortização Média do Empréstimo
			Decorridos	Remanescentes	Nº Registo	Data					
		(1)	(2)	(3)=(1)-(2)						(4)	(6)=(4)/(3)
Empréstimos Contratados até 1 de janeiro de 2014										Dívida 01/01/2014	
Construção do Estádio	26/06/03	20	10	10	1500/03	07/08/03	Isento	Construção do Estádio	15 000 000,00	8 333 333,30	833 333,33
Estádio Novo	14/01/03	20	10	10	284/04	27/02/03	Isento	Estádio Novo	15 000 000,00	8 955 318,56	895 531,86
Estádio Novo	06/01/03	20	10	10	283/03	27/02/03	Isento	Estádio Novo	5 000 000,00	2 638 888,87	263 888,89
Empréstimos Contratados Após 1 de janeiro de 2014										Capital Utilizado	
BEI - Mercado Municipal	25/07/19	15			2886/19	24/10/19	Isento	Mercado Municipal	727 511,19	727 511,19	48 500,75
BEI - Mobilidade	25/07/19	15			2887/19	24/10/19	Isento	Mobilidade	1 000 510,95	1 000 510,95	66 700,73
BEI - Escola Maximinos	28/02/20	15			13327/20	07/05/20	Isento	Escola Maximinos	1 336 736,53	891 157,68	59 410,51
Empréstimo 8.500.000	30/10/18	16			3383/18	17/01/19	Não isento	Várias Obras	8 500 000,00	8 500 000,00	531 250,00
Empréstimo 12.000.000	27/04/20	16			2151/20	28/09/20	Não isento	Várias Obras	12 000 000,00	4 200 000,00	262 500,00
Total das amortizações médias dos empréstimos											2 961 116,06
Amortização média dos empréstimos											370 140
Amortização média dos empréstimos										80%	296 112
Amortização anual do empréstimo a contratar (15.000.000/16 anos)											937 500
Cumprimento do número 5º do artigo 51,º da Lei 73/2013											SIM

Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública - ANEXO II  
Proposta de Utilização do Empréstimo Bancário para Financiamento de Investimento Autárquico

Designação	Investimento	% financiada por empréstimo	Fonte de Financiamento			
			Valor empréstimo	Fundos Comunitários	Fundos Próprios	Total do Financiamento
Requalificação da EM 562	733 068,00 €	95,00%	696 414,60 €	- €	36 653,40 €	733 068,00 €
Requalificação do Parque Industrial de Pitancinhos	808 192,58 €	95,00%	767 782,95 €	- €	40 409,63 €	808 192,58 €
Requalificação da Variante do Fojo, Nogueiró	3 139 344,00 €	90,00%	2 825 409,60 €	- €	313 934,40 €	3 139 344,00 €
Repavimentação da Avenida de Trezeste	683 088,00 €	90,00%	614 779,20 €	- €	68 308,80 €	683 088,00 €
Requalificação da Avenida de Covedelo	662 553,84 €	90,00%	596 298,46 €	- €	66 255,38 €	662 553,84 €
Requalificação da Rua de Dom Pedro V e Rua de São Vitor	810 000,00 €	90,00%	729 000,00 €	- €	81 000,00 €	810 000,00 €
Requalificação da Rua de Ferraz	83 765,24 €	90,00%	75 388,71 €	- €	8 376,52 €	83 765,24 €
Repavimentação da Rua Conselheiro Bento Miguel e Rotunda de Infias (parcial)	289 785,60 €	90,00%	260 807,04 €	- €	28 978,56 €	289 785,60 €
Rua Quinta do Carreiro	354 182,40 €	90,00%	318 764,16 €	- €	35 418,24 €	354 182,40 €
Repavimentação da EM590 entre Gualtar e Adaúfe	888 014,40 €	90,00%	799 212,96 €	- €	88 801,44 €	888 014,40 €
Requalificação da Rua de São José	370 024,80 €	90,00%	333 022,32 €	- €	37 002,48 €	370 024,80 €
Repavimentação da EM 565 Rua da marginal Adaúfe/Navarra	888 014,40 €	90,00%	799 212,96 €	- €	88 801,44 €	888 014,40 €
Requalificação da Praceta Luis Almeida	237 024,00 €	90,00%	213 321,60 €	- €	23 702,40 €	237 024,00 €
Repavimentação da Avenida de Requeixo	317 148,00 €	90,00%	285 433,20 €	- €	31 714,80 €	317 148,00 €
Repavimentação da Rua do Monte	673 329,60 €	90,00%	605 996,64 €	- €	67 332,96 €	673 329,60 €
Repavimentação da Rua do Gontijo e Alves Reis	253 718,40 €	90,00%	228 346,56 €	- €	25 371,84 €	253 718,40 €
Repavimentação da EM588	462 196,80 €	90,00%	415 977,12 €	- €	46 219,68 €	462 196,80 €
Repavimentação da EM587	792 870,00 €	90,00%	713 583,00 €	- €	79 287,00 €	792 870,00 €
Construção de acesso à Praia Fluvial do Cavadinho	225 400,00 €	90,00%	202 860,00 €	- €	22 540,00 €	225 400,00 €
Repavimentação da EM564 , Merlim S. Paio	678 230,70 €	90,00%	610 407,63 €	- €	67 823,07 €	678 230,70 €
Requalificação da Rua dos Presidentes, Rua 5 de Outubro e Rua Ponte Pedrinha	741 000,00 €	90,00%	666 900,00 €	- €	74 100,00 €	741 000,00 €
Eficiencia energética na iluminação pública do concelho	2 490 090,32 €	90,00%	2 241 081,29 €	- €	249 009,03 €	2 490 090,32 €
	<b>16 581 041,08 €</b>		<b>15 000 000,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 581 041,08 €</b>	<b>16 581 041,08 €</b>